

Preparação

A apresentação de substitutivo ao anteprojeto de relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP) era ontem à noite uma proposta que entusiasmava: tanto o grupo progressista quanto a ala conservadora da Comissão de Ordem Econômica. Reunidos em locais diversos a partir das 18h, os dois segmentos em que se dividem a maioria dos 63 membros da Comissão sentiam que devem preparar-se para o embate, embora a perspectiva mais interessante seja a da negociação.

Para viabilizar esta segunda possibilidade, tanto um quanto outro grupo admitiam ainda apresentar as mesmas propostas, também sob a forma de emendas. Até o início da noite, 109 emendas já haviam chegado à comissão, mas nenhuma delas provinha dos dois grupos organizados. "Vamos ficar aqui até a meia-noite, sabendo que o que realmente importa vai surgir nessa hora", afirmou um funcionário da secretaria da comissão.

**Híbrido** — Um "presidencialismo parlamentarizado"

e cinco anos de mandato para Sarney era a proposta que começava a ser discutida ontem, na Constituinte, entre PMDB e PFL. O deputado Albérico Filho (PMDB-MA), parente do presidente Sarney, tinha uma reunião à noite com membros da Comissão da Organização dos Poderes para discutir a idéia. Do outro lado, o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), admitia que seu partido começaria agora a discutir a forma de governo, deixando para depois a questão do mandato. Segundo ele, os cinco anos de mandato propostos para os futuros presidentes deverão ser entendidos também a Sarney.

**Conflito**

— Ao instituir que o mercado interno é patrimônio nacional, e que a empresa brasileira é aquela com sede, centro de decisões e controle acionário brasileiros, o relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência, Tecnologia e Comunicação, deputado Arthur da Távola, entrou em rota de colisão com o relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que estabelece limites bem mais amplos na sua conceituação de empresa nacional. "A definição de Arthur da Távola acabou sendo a da esquerda, e a de Severo a da direita", afirmou a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Originários do relatório de Cristina Tavares, da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, os conceitos absorvidos pelo relatório de Távola foram encaminhados ontem a todos os legislativos da América Latina, com recomendação de adoção, pelo Congresso e Parlamento Latino-Americano de Ciência e Tecnologia.

**Partido fixo**

— Com a promulgação da nova Constituição voltarão a vigorar as normas que impedem um parlamentar de deixar seu partido, a menos que ele o faça no propósito de participar da fundação de outro. O artigo está contido no capítulo do Poder Legislativo do substitutivo apresentado pelo deputado Egidio Ferreira Lima para a Organização dos Poderes.

Relacionado diretamente com esse artigo, a Comissão da Organização Eleitoral elaborou outro, impondo que só terá direito a representação no Senado e na Câmara o partido que obtiver o apoio, expresso em votos, de 3% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, com o mínimo de 2% em cada um deles.

A Comissão de Organização Eleitoral elaborou também um artigo dispondo que os partidos políticos devem fazer constar dos seus estatutos normas de fidelidade e disciplina partidária. Prisco Vianna entende que essa é a única forma de fazer prosperar o sistema parlamentarista de governo.



Egidio Ferreira Lima

Evangélico argumenta com Bíblia

BRÁSILIA — Os Evangélicos estão servindo de base para a argumentação contra aborto e o confisco de propriedades improdutivas, a favor da censura ao rádio e à televisão e da prisão perpétua, defendidos com paixão pelo grupo de constituintes religiosos e conservadores de vários partidos, nas duas primeiras sessões de debates da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O objetivo é derrotar o relatório do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), considerado pelo grupo "socialista demais" para o povo brasileiro.

Duas palavras — orientação sexual —, no entanto, provocaram as manifestações mais indignadas dos evangélicos que, munidos de um boletim do grupo gay Triângulo Rosa, acusam o senador de "legislar em causa própria" ao defender a liberdade de comportamento sexual. O termo que motiva a indignação está contido na alínea "F", do 3º capítulo do relatório, que trata da cidadania: "Ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, natureza do trabalho, religião, estado civil, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, orientação sexual ou qualquer outra condição social ou individual".

O boletim apenas relata que durante a campanha o senador, principalmente por ter atuado como advogado consultor no programa TV Mulher, da televisão gaúcha, foi acusado de ser homossexual.

— O Triângulo Rosa cita até um caso com o senador Bisol — disse Costa Ferreira, munido do boletim e sem explicar em que contexto o senador era citado.

O coro dos evangélicos — Como Costa Ferreira, parlamentares evangélicos se revezaram nos protestos contra a inclusão do termo "orientação sexual", que, acreditam abrirá espaço para o "desrespeito contumaz à moral e aos bons costumes da família brasileira". O evangélico Antônio de Jesus (PMDB-GO) ameaçou com "uma maldição muito grande para a nossa pátria". João de Deus (PDT-RS) convocou os colegas a serem "varonis contra as aberrações propostas pelo relator". José Fernandes quer substituir a palavra "orientação" por "desvio". E Matheus Iensen (PMDB-PR), em entrevista, condicionou seu voto ao relatório a "uma definição do senador Bisol sobre as acusações da campanha".

"Se a maioria decidir pela discriminação aos homossexuais na nova Constituição", propôs o senador, "que redija uma emenda declarando que a lei permitira a discriminação por orientação sexual. Eu não assumo isso. Sejamos corajosos e honestos. Assumam nominalmente suas convicções e assinem embaixo, porque o que estamos decidindo aqui será registrado e analisado pela História".

Mulher luta por emenda popular

O movimento feminista do Rio de Janeiro iniciou campanha para conseguir as 30 mil assinaturas necessárias à proposição de emenda popular ao dispositivo que torna o aborto crime em qualquer circunstância. De acordo com as líderes do movimento, a alteração feita pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RJ) representou um avanço em relação à proposição inicial, mas ainda há ambigüidade, porque a responsabilidade da mulher pela vida intra-uterina, tal como está no relatório de Bisol, pode ser entendida como impeditiva do aborto.

As feministas lutam para inserir na Constituição o direito da mulher de interromper a gravidez até noventa dias depois da concepção, e de recorrer ao aborto quando ficar grávida por estupro, houver malformação do feto ou a gravidez ameaçar a vida da mãe, casos já consagrados na legislação em vigor.

Com o apoio de partidos como o PCB, o PT e o PC do B, iniciam ampliação do movimento para outros estados — São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Minas. Mesmo que não consigam as 30 mil assinaturas necessárias, elas já têm o compromisso da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) de apresentar a emenda.

A coordenação nacional do movimento, que se instalou no Rio, organiza ato público simultâneo, dia 13 de julho, em todos os estados onde estiverem sendo colhidas assinaturas. A entrega será a 12 de agosto, aniversário do assassinato da líder camponesa Margarida Alves.